

TERMO DE REFERÊNCIA – ELISEU FERNANDO SILVEIRA DE CARVALHO

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de transporte rodoviário interestadual de mobiliários, cargas e volumes em geral de propriedade do Servidor Eliseu Fernando Silveira de Carvalho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
1	Executar os serviços de transporte rodoviário interestadual de mobiliários, cargas e volumes em geral. Os serviços compreendem a desmontagem, embalagem e retirada do local de origem, descarga dos mobiliários, cargas e volumes em geral, transportados e montados no local indicado, bem como todas as operações que se fizerem necessárias para a execução do respectivo serviço.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Diante da remoção de ofício do Servidor Eliseu Fernando Silveira de Carvalho, matrícula 2245621, Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários - TRSTA, conforme consta na Portaria nº 55/2020-DG/ANTAQ de 09 de fevereiro de 2020, a administração deverá arcar com os custos de transporte de mobiliário e bagagem do servidor e de seus dependentes, de acordo do que dispõe na Lei nº 8.112/90, Decreto nº 4.004/01 e Portaria nº 92/2016-ANTAQ.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1. O objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, § 1º, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.
- 3.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do § 1º, do art. 3º, do Decreto nº 9507/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 4.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:
- 4.1.1. Executar os serviços de transporte rodoviário interestadual de mobiliários, cargas e volumes em geral, de propriedade do Servidor Eliseu Fernando Silveira de Carvalho, mediante Nota de Empenho ou outro documento da ANTAQ, não sendo admitidas quaisquer alterações sem prévio conhecimento e aprovação desta Agência. Os serviços compreendem a desmontagem, embalagem e retirada do local de origem, descarga dos mobiliários, cargas e volumes em geral de propriedade da ANTAQ transportados e montagem dos mesmos no local indicado, bem como todas as operações que se fizerem necessárias;

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.1.1. Para o dimensionamento da proposta, será disponibilizado a relação de bens com suas especificações, quantitativo, peso (em quilos) e valor (tabela abaixo) para que as empresas participantes orçem o custo do serviço, levando-se em consideração o acréscimo do seguro sobre o valor total dos bens para o custo total.
- 5.1.2. Para o dimensionamento da proposta, o peso foi totalizado em aproximadamente 2.205,50 quilos.
- 5.1.3. Informações sobre os locais de origem, destino e bens a serem transportados na mudança:
- Origem: Avenida Santos Dumont, 653, Bairro Junção, Rio Grande/RS
 - Destino: Brasília – DF - a ser detalhado posteriormente.

LISTA DE BENS DO SERVIDOR

Descrição do item	Quant.	KG	KG TOTAL	Valor Total dos Bens (R\$)
Sofá 3 Lugares	1	70,00	70	2.500,00
Rack	1	40,00	40	200,00
Espelho	1	4,00	4	30,00
Mesa jantar 4 lugares	1	30,00	30	600,00
Cadeiras jantar	4	15,00	60	800,00
Cadeira de computador	1	12,00	12	600,00
TV LCD 40"	1	19,00	19	1.500,00
Monitor 24"	1	10,00	10	700,00
Tapete pequeno	1	5,00	5	150,00
Estante livros	1	30,00	30	180,00
Balcão 2 portas	1	30,00	30	200,00
Caixas com livros e pertences variados	2	10,00	20	100,00
Colchão queen size	1	40	40	2.500,00
Cama box queensize	1	20	20	1.000,00
Banquetas	2	2,5	5	60,00
Sapateira	1	30	30	400,00
Sofá cama	1	30	30	800,00
guarda roupas 8 portas	1	90,00	90	1.000,00
guarda roupas 4 portas	1	45,00	45	500,00
Cabeceira cama	1	15,00	15	475,00
Computador (gabinete/teclado/mouse/cabos)	1	10,00	10	2.000,00
Escrivaninha computador	1	15	15	250,00
Cadeira de praia	3	3	9	180,00
Caixas com roupas de cama e vestuário	14	15	210	2.000,00
Caixas com livros e pertences variados	2	10	20	300,00
geladeira	1	60	60	1.500,00
fogão 4 bocas	1	20	20	300,00
forno microondas	1	15	15	480,00
Botijão gás vazio	1	13	13	80,00
Balcão com pia	1	20	20	500,00
Armário 2 portas	1	30	30	300,00
Máquina lavar roupas	1	40,00	40	1.200,00
Caixas com panelas/louças e utensílios variados	2	10,00	20	300,00
Ventilador e circulador de ar	2	5,00	10	400,00
Varal de chão	1	1,50	1,5	90,00
Cesto de roupas	1	2,00	2	30,00
escada de alumínio média	1	5,00	5	300,00
Automóvel Fiesta Hatch 2019	1	1100,00	1100	48.000,00
TOTAL	61	-	2.205,50	72.505,00

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

6.1.1. Entrega de toda a bagagem/mobília no endereço de destino sem avarias;

6.1.2. Entrega de toda a bagagem/mobília no endereço de destino no prazo contratado.

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 7.1. A execução dos serviços será iniciada no dia do recebimento da nota de empenho. Os bens devem ser retirados no dia 27 de fevereiro de 2020, no endereço de origem indicado no item 5.1.3, e entregues, no máximo, até o dia 13 de março de 2020, no endereço de destino indicado no item 5.1.3, a ser detalhado posteriormente.
- 7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) proprietário(a) dos bens, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 7.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos/indenizados no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, e da existência de avarias nos bens, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos;
- 8.5. Emitir nota de empenho, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias para a perfeita execução dos serviços, por intermédio de servidor responsável pela fiscalização dos serviços;
- 8.6. Permitir ao pessoal técnico da empresa, livre acesso a materiais, mobiliários e bagagens, de modo a viabilizar a prestação dos serviços;
- 8.7. Comunicar à empresa Contratada, por escrito, sobre eventuais irregularidades na execução dos serviços, fixando prazo para as correções pertinentes, bem como toda e qualquer ocorrência relevante;
- 8.8. Prestar todas as informações essenciais para a perfeita execução dos serviços, tais como: tipo de materiais a transportar, endereços de origem e destino e quaisquer outras que se fizerem necessários;

- 8.9. Fornecer à Contratada, com base em preço de aquisição ou de mercado, declaração de valor da carga a ser transportada para fins de seguro para cobertura de carga;
- 8.10. Efetuar o pagamento dos serviços de acordo com as condições contratuais;
- 8.11. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas constantes neste Termo de Referência;
- 8.12. Promover o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do objeto, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas estabelecidas em seus anexos;
- 8.13. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.2. Reparar, corrigir, substituir ou indenizar, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções ou danos resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 9.6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que executarão o serviço;
- 9.7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 9.8. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.9. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 9.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 9.14. Obter todo o tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documentos necessários) para a perfeita execução do transporte;
- 9.15. Manter um Diário de Ocorrência no percurso autorizado, relativo aos serviços de transporte, que servira de balizamento para soluções de quaisquer problemas eventualmente ocorridos por ocasião do transporte;
- 9.16. Responsabilizar-se por todas as despesas, tais como: impostos, taxas, seguro, embalagens, mão-de-obra, licenças, alvarás, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, ou quaisquer outras formas devidas relativas e indispensáveis à perfeita execução do objeto do presente no Termo de Referência;
- 9.17. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que venha causar durante a execução dos serviços nos locais de origem e destino (vidros, pisos, revestimentos, paredes, aparelhos, veículos, etc.), assumindo o ônus e a execução dos respectivos reparos ou substituições, recompondo os locais porventura afetados com materiais similares sempre observando o bom nível de acabamento dos serviços;
- 9.18. Reparar, corrigir, reconstruir ou indenizar, às suas expensas, no todo ou em parte, quaisquer mobiliários, cargas e volumes em geral de propriedade do Servidor Eliseu Fernando Silveira de Carvalho em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como providenciar a substituição dos mesmos no prazo de 48 horas, contados na notificação que lhe será entregue;
- 9.19. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser dilatado, desde que acordado entre a empresa e o fiscal do contrato e mediante a comprovação da impossibilidade do cumprimento do prazo inicialmente estabelecido;
- 9.20. Indenizar o Servidor Eliseu Fernando Silveira de Carvalho, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de notificação, os danos causados aos mobiliários, cargas e volumes em geral de sua propriedade, que não possam ser reparados;
- 9.21. Disponibilizar todo equipamento, ferramentas, materiais e mão-de-obra qualificada para a execução dos serviços;
- 9.22. Responsabilizar-se pela limpeza dos locais de origem e destino após a conclusão dos serviços, devendo ser retirados todos os detritos e embalagens utilizadas, exceto quando dispensado pelo interessado;
- 9.23. Fornecer e exigir, quando necessário, o uso de equipamentos de proteção individual e coletivo adequado a todos os envolvidos no serviço;
- 9.24. Fornecer todo material adequado para embalagem dos mobiliários, cargas e volumes em geral de propriedade do Servidor Eliseu Fernando Silveira de Carvalho (caixas de papelão reforçado, papelão ondulado, fitas adesivas, etiquetas, sacos plásticos, etc.), de acordo com a natureza do material a ser transportado;

- 9.25. Dar ciência ao Fiscal do Contrato, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- 9.26. Acatar todas as orientações da ANTAQ, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas;
- 9.27. Apresentar seus empregados convenientemente uniformizados e identificados mediante crachás;
- 9.28. Responder pelos danos de qualquer natureza que venham a sofrer seus empregados, terceiros ou a ANTAQ, em razão de acidentes ou de ação ou omissão dolosa ou culposa de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir;
- 9.29. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive no que tange à vigência e validade das Apólices de Seguro -RCTR-C (Responsabilidade Civil do Transporte Rodoviário de Carga) e de RFC-DC (Responsabilidade Facultativa Civil do Transportador Rodoviário por Desaparecimento de Carga);
- 9.30. Utilizar, para fins de cálculo da quilometragem entre percursos, o Quadro de Distancias Rodoviárias, fornecido pelo DNIT -Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte;
- 9.31. Caso o local de origem/destino não conste no Quadro de Distancias Fornecido pelo DNIT, poderá ser utilizada informação fornecida por Órgão Oficial da União, Estados ou Municípios, ou ainda, o Guia Quatro Rodas;
- 9.32. Verificar legislação local quanto a acesso e movimentação de cargas e caminhões nos locais de coleta e entrega da mudança;
- 9.33. Apresentar, junto com a fatura, quando for o caso, os comprovantes de quitação das indenizações pagas pelo extravio e/ou avarias dos mobiliários, cargas e volumes em geral de propriedade do Servidor Eliseu Fernando Silveira de Carvalho sob sua responsabilidade ou prova de reposição desses bens;
- 9.34. Apresentar, junto com a fatura/nota fiscal de prestação de serviços, além dos comprovantes de carga
- 9.35. (s) realizada (s), a apólice ou averbação de seguro para cobertura da (s) carga (s) transportada (s) de acordo com o veículo utilizado e trecho de carga executado;
- 9.36. Efetuar a entrega dos mobiliários, cargas e volumes em geral de propriedade do Servidor Eliseu Fernando Silveira de Carvalho transportados no local de destino em perfeito estado, mediante recibo datado e assinado pelo (a) proprietário(a) dos bens ou pessoa autorizada pela ANTAQ a receber os mobiliários, cargas e volumes em geral, contendo o atesto de que os serviços foram prestados de modo satisfatório;
- 9.37. Efetuar os transportes de todos os mobiliários, cargas e volumes em geral de propriedade do Sr. Eliseu Fernando Silveira de Carvalho em caminhão fechado, tipo baú, em perfeitas condições de funcionamento;
- 9.38. Assumir inteira responsabilidade pela integridade física dos mobiliários, cargas e volumes em geral de propriedade do Eliseu Fernando Silveira de Carvalho que lhe forem confiados para transporte, bem como por danos ou extravios causados aos mesmos, desde o recebimento dos mesmos até a entrega no destino, incluindo a montagem e desmontagem de moveis;
- 9.39. Zelar para que sejam cumpridas as normas relativas à segurança e a prevenção de acidentes;

- 9.40. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados, quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias que lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades;
- 9.41. Assumir todas as responsabilidades de tráfego (multas, pedágios, impostos, estacionamento, taxas, etc);
- 9.42. Observar os regulamentos dos locais onde serão prestados os serviços, por ocasião da montagem e desmontagem do mobiliário;
- 9.43. Permitir que a ANTAQ realize, por meio de seus setores específicos, a fiscalização dos serviços, que obedecerá às disposições da legislação que trata da matéria;
- 9.44. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato, sem autorização previa e por escrito da ANTAQ;
- 9.45. Ser responsável por todas as despesas inerentes aos trabalhos contratados, inclusive as de pagamento de seguro contra acidentes de trabalho;
- 9.46. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela ANTAQ, cujas reclamações se obrigam prontamente a atender;
- 9.47. Atender as orientações contidas na IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 10.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 10.2. A empresa CONTRATADA deverá dispor de caminhão fechado compatível com a demanda apontada no item 5, para realizar a mudança preterida.
- 10.3. O caminhão deverá estar regular em todas as exigências legais e físicas para que minimize os riscos de acidentes e interdições.
- 10.4. Utilizar caminhão e materiais para embalar a mobília/bagagem, de acordo com as exigências constantes neste termo de referência, quando possível.

11. INÍCIO DA EXECUÇÃO/CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS

- 11.1. A execução dos serviços será iniciada no dia 27 de fevereiro de 2020, após recebimento da nota de empenho emitida pela ANTAQ, na forma que segue:
 - 11.1.1. Será encaminhada nota de empenho à empresa contratada contendo as informações do local de origem e destino, descrição e quantitativo de bagagem/mobília, prazo para execução da mudança, contatos com o responsável da mobília no local de origem e destino, contatos com o representante da ANTAQ.
 - 11.1.2. O prazo para a conclusão do serviço de mudança será de até dia 13 de março de 2020.

12. DA VISTORIA

12.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria no local onde estão armazenados a bagagem/mobília, acompanhado pelo servidor responsável pelos bens ou seu representante legal, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:30 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2029-6881/6880, podendo sua realização ser comprovada por:

12.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.1.2. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 41º da IN nº 05, de 2017.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no ato da entrega da mudança, pelo responsável da mobília/bagagem, que comunicará ao fiscal do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los à Gerência de Recursos Logísticos - GRL para recebimento definitivo.

- 16.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 16.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 16.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 16.3.2. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo fiscal do contrato.
- 16.4. O fiscal do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.
- 16.5. O fiscal emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no relatório
- 16.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

17. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

- 17.1. A empresa CONTRATADA deverá atender as orientações contidas na IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- 17.2. Utilizar, quando possível, no momento da embalagem dos bens invólucros biodegradáveis ou com madeira de reflorestamento, devidamente certificada.
- 17.3. Utilizar veículo, quando possível, que não utilize combustível fóssil.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 18.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 18.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 18.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 18.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 18.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 18.1.5. cometer fraude fiscal;
- 18.1.6. não manter a proposta.
- 18.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 18.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

18.2.2.Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 abaixo; e
- e) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

18.2.3.suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.4.impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.5.suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

18.2.6.impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

18.2.7.declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

18.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

18.4. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com a União poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
01	0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
02	0,4% por dia sobre o valor mensal do contrato
03	0,8% por dia sobre o valor mensal do contrato
04	1,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
05	1,6% por dia sobre o valor mensal do contrato

06	2,0% por dia sobre o valor mensal do contrato
----	-----------------------------------------------

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano aos bens transportados;	06
02	Suspender ou interromper os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
04	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência;	01
05	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
06	Descumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
07	Deixar de substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia;	01
08	Deixar de utilizar veículo, na execução dos serviços, com características conforme exigido na Especificação Técnica, por ocorrência;	04
09	Descumprir quaisquer dos itens dessa Especificação Técnica e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, por item e por ocorrência;	01
10	Descumprir quaisquer dos itens da Especificação Técnica e seus Anexos não previstas nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02

18.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

18.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Brasília, 18 de fevereiro de 2020.